

PARTE I

PRESSUPOSTOS

Uma teoria é como uma caixa de ferramentas.

Gilles Deleuze

2

A verdade como construção

A experiência (...) da verdade é uma experiência estética e retórica.

Gianni Vattimo

Tendo como mote a epígrafe que abre este capítulo, somos levados a pensar sobre o papel da linguagem na construção das práticas sociais. Se entendermos que é a partir da linguagem que o homem consegue interagir e, efetivamente, constituir-se como elemento integrante de um sistema social, vemos que as relações sociais são, de certa forma, balizadas por uma estrutura agregadora capaz de aglutinar os fenômenos que se manifestam numa sociedade.

O filósofo Gianni Vattimo, em seu texto *Verdade e Retórica na Ontologia Hermenêutica*¹, define o homem como a própria linguagem. Para Vattimo, o homem constitui-se socialmente como linguagem e todo entendimento que faz de si, dos outros e do mundo ao seu redor, caracteriza-se por uma relação entre ele e um processo de apreensão dos signos lingüísticos que se apresentam.

Vemos, portanto, que o ser humano é linguagem e, neste sentido, uma separação destas duas esferas parece-nos inadmissível. Tudo que percebemos nos é apresentado mediante a linguagem e, neste contexto, dissociá-la do ser é um processo que acaba por desmembrar este próprio ser. Vattimo nos leva a entender a “linguagem como lugar da mediação total de toda experiência do mundo e de todo dar-se do ser, a que remete a tese de que ‘o ser que pode ser compreendido é linguagem’^{2,3}.

Assim, tendo a linguagem como figura central deste processo de compreensão do mundo, aproximamo-nos de uma idéia de construção. Se tudo que temos, que conhecemos, nos é dado por intermédio da linguagem, percebemos que a noção de realidade é, deste modo, volátil e subjetiva. Se o que

¹ VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade; niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

² Para ilustrar seu pensamento, Vattimo cita Gadamer em seu texto.

³ VATTIMO, Gianni. “Verdade e retórica na ontologia hermenêutica”. In: *O fim da modernidade; niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p-131

temos por verdadeiro se dá a partir da nossa compreensão daquilo que nos é apresentado, entendemos que a verdade se estabelece como um constructo e se fundamenta dentro de uma ótica particular.

Neste sentido, é importante encarar a produção de enunciados e, em decorrência, seus constructos de realidade como fruto de um constante processo de aceitação, onde as partes relacionadas acordam aquilo que irão internalizar como válido e o que irão descartar. Percebemos um profundo processo que se constrói no interior dos discursos que, de tão arraigado, não depreendemos seu caráter subjetivo e acabamos por naturalizá-lo, agregando à realidade, por nós construída, prerrogativas de ordem absoluta.

Desta maneira, vemos que a relação entre o homem e o mundo é, na verdade, uma relação retórica. Buscamos, neste contexto, entender retórica no seu sentido mais genérico e, para tal, adotamos a definição de Vattimo que a entende “como arte da persuasão mediante os discursos”⁴.

Desta forma, entendemos que as verdades que se desprendem dos enunciados construídos nesta relação são o resultado de embates ideológicos e, neste processo, compreende-se como a verdade é relativa e, portanto, particular. Há uma relação dialética, em que todo tipo de construção faz-se mediante uma troca, não havendo unanimidades, mas sim um constante jogo, onde a persuasão é o pilar do processo. Nesta esteira, a verdade traz arraigada em si um caráter hermenêutico de compreensão, pois é construída a partir de interpretações que são impostas e defendidas através da retórica.

Se considerarmos a conceituação de verdade como algo pessoal e retórico e, além disso, entendermos a linguagem como o local apropriado e, por excelência, responsável pela mediação das relações entre o homem e o seu redor, percebemos que esta verdade se quer compartilhada, tendo em vista a necessidade de sua aceitação. A verdade só se materializa a partir de sua repetição. Assim, o “verdadeiro” se apresenta tendo um caráter predominantemente público, já que se quer hegemônico e comum àqueles que estão envolvidos em uma determinada relação social.

⁴ VATTIMO, Gianni. “Verdade e retórica na ontologia hermenêutica”. In: *O fim da modernidade; nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p-135.

Neste sentido, os processos de construção de verdades subentendem um mecanismo de convencimento que faça com que enunciados sejam aceitos e internalizados de forma aparentemente natural, já que:

Rumar para a verdade não quer dizer tanto alcançar o estado de luminosidade interior (...) quanto em vez disso, passar para o plano das admissões participadas e compartilhadas que, mais do que evidentes, parecem ser óbvias, não necessitar de interrogação⁵

Destas considerações, depreendemos o caráter retórico das relações humanas e, a partir disto, vemos como o homem está submetido a constantes processos de aceitação de enunciados que o levam a ter como suas as verdades construídas e hegemonicamente disseminadas na sociedade. Vemos que o homem, mais que uma verdade própria, busca verdades que se enquadrem em determinados contextos sociais, elegendo como legítimas e, portanto, como suas, aquelas que melhor refletem suas necessidades. Isto nos leva a questionar a real autonomia do sujeito. Tendo a teoria de Foucault como base, Kleber Prado Filho afirma que o sujeito

não age pelo exercício soberano da vontade submetida à sua própria razão, mas estabelece relações com verdades produzidas em práticas sociais, subjetivando-as, tomando-as como suas próprias “verdades interiores”. Trata-se aqui, não de um sujeito abstrato, livre e autônomo em princípio, mas de modos concretos de subjetivação onde o sujeito encontra-se preso a jogos de verdade que leva a efeito consigo mesmo, buscando exercer concretamente sua liberdade como linha de fuga e resistência aos poderes e modos de assujeitamento.⁶

Como foi exposto na primeira parte deste trabalho, acreditamos estar *O Delfim* ancorado em uma estrutura que se desenvolve em torno do questionamento do conceito de verdade. A leitura aqui proposta busca o entendimento dos processos que tornam possível a aceitação de certos discursos como verdadeiros e outros não e, a partir disto, compreender como José Cardoso Pires consegue desenvolver um relato que se constrói nas entrelinhas da narrativa e engendrar uma estrutura capaz, ao mesmo tempo, de desvelar e, conseqüentemente, ir de encontro a um discurso dominante.

⁵ VATTIMO, Gianni. “Verdade e retórica na ontologia hermenêutica”. In: *O fim da modernidade; niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p- 140.

⁶ FILHO, Kleber Prado. *Michel Foucault: uma história política da verdade*. Florianópolis: Insular/Achiamé, 2006, p-15.

É um dos objetivos deste trabalho compreender como a verdade não está associada previamente a um determinado contexto. Está sim vinculada a processos que permitem sua construção e apreensão. Destacar o caráter volátil e, conseqüentemente, mutante das verdades que nos são apresentadas é, sem dúvida, um ponto a ser tocado:

trata-se aqui de descolar a verdade tanto dos objetos, onde ela naturalmente residiria, quanto do sujeito, que supostamente seria detentor da capacidade, também natural, de conhecer, de significar e nomear as coisas; o que equivale a desnaturalizar e dessubstancializar sujeito, objeto e, em conseqüência, as verdades⁷.

Quando pensamos na verdade dos enunciados, já em um primeiro momento, buscamos compreender como estas verdades se inserem em determinados discursos que as legitimam e as fazem funcionar hegemonicamente.

Partindo da concepção de verdade como algo construído e disseminado através de enunciados, a entendemos como um jogo de forças que se produz, deixando clara a não existência de uma verdade e sim daquilo que Foucault denominou “efeitos de verdade”.

Se entendermos a verdade como um constructo, veremos que ter domínio desta verdade significa dominar uma determinada parcela de poder, pois quando fazemos nossas verdades tornarem-se hegemônicas, ou seja, quando dentro de um contexto social fazemos nossos discursos serem aceitos como únicos, ou talvez como os mais plausíveis, estamos reprimindo certas escolhas em detrimento de outras. Fica clara a existência de disputa entre esses enunciados:

há um combate ‘pela verdade’ ou ao menos, ‘em torno da verdade’ – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’; entendendo-se também que não se trata de um combate em favor da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha⁸.

⁷ FILHO, Kleber Prado. *Michel Foucault: uma história política da verdade*. Florianópolis: Insular/Achiamé, 2006, p-14.

⁸ FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p-13.

Assim, nesta perspectiva, percebemos que devemos entender por verdade “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”⁹.

É interessante constatar como, em cada sociedade, encontramos mecanismos de produção e disseminação de verdades e, neste contexto, cada sociedade é responsável pela produção e acolhimento daquilo que melhor supre suas carências, fazendo-os, portanto, vigorar como verdadeiros.

A partir destas considerações, entendemos como o controle deste processo faz com que a relação de dominação torne-se algo até certo ponto aceitável pelas partes dominadas. Com isso, compreendemos que as relações de poder são sempre pautadas pela persuasão e pelos processos de imposição de enunciados. Entendemos, também, que uma estrutura que se quer hegemônica não pode, para isso, buscar apenas a utilização de mecanismos repressivos. Deve, antes de tudo, produzir enunciados que legitimem seus atos e, desta forma, consigam uma dominação moral e não apenas física. Assim, fica claro que

se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir.¹⁰

O poder está diretamente ligado à produção de enunciados e controlar esta produção faz com que seu detentor consiga as ferramentas necessárias para a manipulação eficiente dos mecanismos de legitimação e consolidação de suas idéias.

Toda política que se quer totalizante traz consigo uma verdade e esta verdade, para que a estrutura se sustente, deve ser compartilhada por todos aqueles que integram o sistema. Vemos, portanto, um jogo retórico que gira em torno da imposição de enunciados. A verdade está sempre em questão. Seja nas pequenas relações cotidianas, seja nas grandes ficções do Estado.

⁹ FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p-14.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. “Verdade e poder”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p-8.

2.1

A verdade do Estado

*Eu estava sonhando...
E há em todas as consciências um cartaz
amarelo:
“Neste país é proibido sonhar.”*

Carlos Drummond de Andrade

Como tentamos demonstrar, devemos entender por verdade um conjunto de mecanismos que propiciam sua construção e disseminação. Não podemos entender a verdade como algo absoluto e autônomo, mas sim como fruto direto das relações sociais que elegem certos enunciados como verdadeiros e outros não. Empenhamo-nos, aqui, em demonstrar que a verdade pode ser descolada dos objetos, dos seres, e deixar claro seu caráter volátil e subjetivo. Entendemos a verdade como um constructo que se nutre a partir da retórica, pois partindo de um processo de persuasão, o homem faz vigorar aquilo que tem como verdadeiro e incute em seu discurso o que tem como legítimo ou o que se quer legitimar. Não temos, portanto, um movimento unilateral e estático, mas sim uma estrutura dialética que se configura na troca entre aqueles que participam do processo.

Neste sentido, como imaginar esta relação inserida em um contexto de exceção? De que modo a verdade se estabelece quando os discursos são impostos unilateralmente?

Na ausência de oposição, uma única verdade se coloca como hegemônica, porém há um esforço ímpar para se manter esta estrutura.

Como mencionado anteriormente, *O Delfim* foi lançado em 1968, um dos períodos mais tensos da ditadura de Salazar. Ano intenso, tanto para o governo quanto para as oposições. Neste período, Portugal se vê inserido em um contexto de transição marcado pela saída de Salazar do poder. Sendo este capítulo destinado a entender um pouco sobre os mecanismos de dominação do Estado e, a partir disto, compreender que discursos o Estado tem como verdadeiros e como são impostas suas verdades, acreditamos que uma pequena contextualização histórica seria oportuna.

2.1.1

O contexto histórico

Penso que fora do contexto social do lugar e do tempo não há obra literária que se compreenda na raiz.

Alves Redol

Oliveira Marques em sua *Breve história de Portugal*¹¹ nos mostra que em 1926, sob o comando do general Gomes da Costa e apoiado por grande parte do Exército, Portugal assistiu a um golpe de estado que acabava com o regime parlamentar e instaurava um regime de base militar. Contudo, a administração de Gomes da Costa não gerava confiança aos partidos de Direita e, neste mesmo ano, outro golpe se sucede, dirigido desta vez pelo monárquico general Sinel de Cordes, que o depõe e coloca Oscar Carmona, respeitado general, ao seu lado, no comando do país.

Ambos governaram Portugal no intuito de reorganizar as finanças e estimular a economia, porém não conseguiram levar o projeto adiante. Em meio a diferentes estratégias, Cordes, que tinha a pasta das Finanças em suas mãos, não conseguiu estabilizar a economia e o novo governo se viu atravessando uma forte crise financeira:

(...)faltando-lhe por completo a preparação para um empreendimento dessa grandeza, nada conseguiu a não ser resultados desastrosos: o *déficit* atingiu níveis inauditos e o Governo teve de dirigir-se à Sociedade das Nações a fim de conseguir o seu patrocínio na negociação de um empréstimo externo.¹²

O governo militar de Cordes e Carmona atravessou uma intensa crise e, em 1928, através de uma manobra constitucional, o general Oscar Carmona elege-se presidente, em candidatura única, e convida o renomado professor de economia da Universidade de Coimbra, António Oliveira Salazar, para o quadro governamental. Tendo o controle de todos os orçamentos ministeriais e ainda

¹¹ MARQUES, A.H. de Oliveira. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006.

¹² MARQUES, A.H. de Oliveira. "O Estado Novo". In: *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006, p- 623.

contando com o poder de veto sob despesas governamentais, Salazar assume a pasta das finanças e estabelece uma política econômica baseada num protecionismo agrário que afasta Portugal do desenvolvimento industrial europeu. Com esta política, Portugal estabelece uma lógica capitalista diferenciada, apoiando e legitimando uma estrutura político-econômica ruralista e patriarcal. Atendendo aos interesses dos grandes produtores rurais, Salazar recebe o apoio da aristocracia latifundiária e contribui com a histórica estagnação do processo de industrialização português. O historiador Fernando Rosas, sobre esta questão, afirma que:

As razões desta situação de “subdesenvolvimento histórico” ter-se-iam exactamente acentuado nos anos 30 com aquilo que A. Castro define como a característica de fundo da política econômica salazarista: o congelamento e protecção das estruturas e dos grandes interesses agrários, especialmente dos ligados à vinha e ao trigo. Esse predomínio do mundo rural explicaria, entre outras razões, o peso da política tradicional de contenção da industrialização até o fim da guerra, assim reforçando o “ruralismo e patriarcalismo”.¹³

Apesar de toda esta conjuntura, Salazar consegue organizar e estabilizar a economia, ganha prestígio e inicia a estruturação de um regime que se consolidaria adiante (1932), perdurando por cerca de quatro décadas: O Estado Novo.

Sua política ortodoxa reduziu os desequilíbrios macroeconômicos e garantiu-lhe a popularidade que outros governantes europeus conquistaram, à mesma época, em razão de políticas de estabilização monetária e de estímulo ao emprego.¹⁴

Após a morte de D. Manuel, ex-rei de Portugal, o governo de Salazar se vê pronto a dar um novo passo. Um novo texto constitucional é redigido, consolidando de vez o novo regime. Um *Estatuto do Trabalho nacional* é criado, novas medidas de organização do Estado Corporativo são efetuadas e, como golpe final, são proibidos os partidos políticos, as sociedades secretas e as associações sindicais.

A política instaurada por Salazar, aos poucos, foi tomando corpo e, conseqüentemente, passou a causar insatisfação na sociedade. Tendo como base

¹³ ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p- 30.

¹⁴ SECCO, Lincoln. “Uma conjuntura longa”. In: *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004, p-53.

um partido único - a União Nacional -, aliada a uma estrutura ditatorial severa, o governo de Salazar assistiu a inúmeras tentativas de golpe e manifestações que fez seu governo investir fortemente numa estrutura repressiva capaz de sufocar e, portanto, dissolver possíveis dissidências.

O regime procurou controlar todos os setores da sociedade, construindo uma estrutura governamental integrada, onde organizações civis e militares agiam em conjunto na manutenção da “ordem social” e na propagação e divulgação dos ideais salazaristas:

A ditadura lusitana baseava seu aparato repressivo nas forças armadas, na Polícia Interna e da Defesa do Estado (Pide), na Polícia de Segurança pública (PSP), na Guarda Nacional Republicana (GNR) e na Guarda Fiscal (aduaneira). Politicamente, o país era governado por uma Assembléia Nacional e uma câmara corporativa, ambas eleitas, mas só um partido existia legalmente, a União Nacional. Da assembléia emergia um conselho de Ministros, chefiado por Salazar. Havia também um presidente da República com poderes decorativos de chefe de Estado.

A base civil(...)abrangia vários grupos ideológicos de apoio, os quais combinavam muitas vezes funções de propaganda e organização da sociedade em apoio a Salazar com intimidações, perseguições, espionagens, delações, agressões e tudo o que pudesse auxiliar o aparato repressivo;(...) A Igreja Católica difundia a ideologia da ordem, do *status quo*, da noção de dilatação da fé e do império como fatos coligados e indissociáveis(...) ¹⁵

Salazar, pouco a pouco, foi, de primeiro ministro “salvador”, transformando-se em ditador e, conseqüentemente induzindo o fortalecimento de seu regime. O economista, gradativamente, passou a tomar conta de outros setores e, em 1936, além do ministério das finanças, tinha em suas mãos a chefia do Governo e as pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros.

Este sistema manteve-se de pé e sem maiores sobressaltos até a década de 1960, período em que o governo do professor Oliveira Salazar enfrentou uma de suas piores crises. Segundo Fernando Rosas, os anos sessenta foram decisivos no que concerne a uma reavaliação teórica desta política por parte das diversas correntes oposicionistas. Inúmeros fatores, tanto de ordem interna quanto externa, convergiram para uma nova tomada de postura por parte da oposição:

No ambiente de crise de valores que foi o dos anos sessenta, questões como a eclosão das guerras coloniais, o agravamento da contestação interna e externa ao

¹⁵ SECCO, Lincoln. “Uma conjuntura longa”. In: *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004, p-55.

regime, a emergência, também em Portugal, de dissídios ideológicos no campo político-doutrinário afecto ao P.C.P. na seqüência do cisma sino-soviético, o “Maio de 68” em França, a invasão da Checoslováquia, foram impulsionadores de um importante debate teórico no interior do país, tendo por veículo publicações como *O Tempo e o Modo*, a *Seara Nova* ou o *Vértice* – a despeito das condições da Censura – e também no estrangeiro, quer pela pena de intelectuais portugueses exilados, quer pelas contribuições de alguns autores estrangeiros estudiosos da realidade portuguesa.¹⁶

Esta década foi, portanto, palco de diversas revoltas, fazendo com que o governo assistisse ao início de sua ruína. Os movimentos estudantis deflagraram as grandes manifestações, sempre reprimidas com a força policial. Conflitos instalaram-se em suas colônias e o Império de Ultramar, que era uma das bases de sustentação do regime, transformou-se em um de seus maiores problemas:

O problema principal fora agora transferido da Metrópole para o Ultramar, onde as revoltas africanas, os actos de terrorismo e a participação estrangeira preocupavam toda a gente. Começaram guerrilhas na Guiné (1963) e em Moçambique (1964), além das de Angola, efectivas desde 1961. Em Macau, os Comunistas impuseram a sua vontade (1966), embora tolerando uma soberania portuguesa teórica. Aumentou o número de anos de serviço militar obrigatório, intensificando-se o recrutamento. O problema colonial serviu também para isolar Portugal dos outros Estados, particularmente do seio das Nações Unidas.¹⁷

Vários grupos anti-regime surgiram nesta década e como reacção o maquinário repressor do Estado intensificou suas ações. Tanto a Pide, quanto a Censura passaram a agir de forma mais ativa, reprimindo severamente os opositores.

Em 1965, o general Humberto Salgado, ex-candidato à presidência e, portanto, forte opositor ao governo, é assassinado, numa ação conjunta entre as polícias portuguesa e espanhola, ao tentar entrar no país pela fronteira da Espanha e, em 1968, Mário Soares, chefe da oposição, é deportado. Estes fatos serviram para agravar a situação de crise e manchar a imagem do regime tanto em Portugal quanto no exterior.

O governo, que buscava abrandar a crise através da repressão, viu-se fragilizado com toda esta conjuntura e, com o afastamento de Salazar do poder em 1968, assistiu ao fortalecimento da oposição que, capitaneada pelo Partido

¹⁶ ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos anos trinta*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p-28-29.

¹⁷ MARQUES, A.H. de Oliveira. “O Estado Novo”. In: *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2006, p-638-639.

comunista português, vislumbrava uma ação revolucionária capaz de mudar o sistema.

2.1.2

A técnica do governo

Politicamente só existe o que o público sabe que existe.

António Oliveira Salazar

Muito utilizado por governos fascistas, a imposição ideológica através da manutenção de um discurso único e homogêneo, onde a supressão de opiniões contrárias ao regime faz-se de maneira sistemática, leva-nos ao encontro de uma estrutura complexa de dominação. Ao escolher previamente os discursos que devem ser aceitos e, de antemão, evitar o embate entre as vontades, percebemos que o processo retórico de construção de enunciados ganha uma significação, no mínimo, particular. Nesta política, enunciados são impostos e um conjunto organizacional regula quem pode ter voz e como os discursos devem se desenvolver neste sistema, acabando por nos aproximar de um processo que Foucault chamou de “rarefação dos sujeitos que falam”:

trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim não permitir que todo mundo tenha acesso a eles.¹⁸

Em Portugal, este processo de “rarefação” estava diretamente ligado à política repressiva do governo ditatorial de Salazar. Os mecanismos de repressão e censura eram fortemente utilizados para suprimir vozes contrárias ao regime. Todas as ferramentas possíveis eram utilizadas para se construir um discurso totalizante que justificasse sua política. Todo o maquinário do Estado era movimentado, desembocando num sufocante e intimidador sistema que tinha na manutenção do silêncio um de seus principais pontos de apoio. Houve um esforço em levar a público apenas uma verdade e trabalhá-la como o mais puro reflexo da

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, p-36.

realidade. Um forte aparelho repressivo se consolidou nas figuras das polícias e da Censura. O Governo empenhou-se em construir um discurso e montou-se um integrado sistema político que se empenhava em propagar uma ideologia favorável ao Regime, de forma que a população internalizasse as prioridades do Governo como necessidades coletivas. Tanto a Igreja, quanto entidades civis empenharam-se em disseminar um discurso que legitimasse a política de Salazar. Neste sentido, entendemos como um arcabouço de mecanismos se unia no intuito de legitimar o discurso Estatal. Sobre isso, Pierre Bourdieu nos ensina o uso político da ideologia: “as ideologias (...) servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo.”¹⁹

O discurso era único e, desta forma, qualquer tipo de ameaça era fortemente coibida. As informações eram controladas pelo Governo e não chegavam por inteiro à população. O Governo de Salazar produzia não só discursos, mas também, através da censura, “domesticava” seus cidadãos, construindo uma coletividade adepta e adaptada ao regime, que acabava por internalizar como seus os discursos oficiais, legitimando-os, portanto. Cardoso Pires comenta essa técnica do Governo:

empenhou-se em fazer da Censura uma sintaxe do pensamento colectivo, uma autêntica profilaxia do Estado que não visava apenas *controlar*, mas a *criar* formas de mentalidade adaptadas ao Poder²⁰.

O Governo buscou introduzir uma aparente normalidade ao sistema, produzindo uma atmosfera forçosamente estável que mascarava a realidade.

O Estado português esforçou-se em manter uma cultura do silêncio e, neste sentido, a Censura teve papel crucial neste processo. Vemos que o Estado quis ter para si o controle da verdade e, desta forma, buscou apagar, ou pelo menos manchar, qualquer tipo de discurso contrário ao seu. Ricardo Piglia, sobre esta relação que se desenvolve entre o Estado e a linguagem, apresenta a seguinte consideração: “El Estado tiene una política con el lenguaje, busca neutralizarlo, despolitizarlo y borrar los signos de cualquier discurso crítico”.²¹

¹⁹ BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico”. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p-10.

²⁰ PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?*. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p-163.

²¹ PIGLIA, Ricardo. *Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001, p-38.

O Regime mostrava-se fortalecido na ausência de argumentos contrários. A censura, no instante em que suprimia verdades, construía, com esta falta, a sua própria. O Estado fortificava-se não apenas na construção de verdades próprias, mas na subtração de vozes contrárias: “actuando por eliminação da verdade, toda censura impõe a mentira por omissão. Oficializa-a”²².

A ditadura salazarista estabeleceu um profundo “Estado de mentira”²³. Para melhor administrar a manutenção de sua política coercitiva, o regime procurou isolar o país e impedir o acesso às novas manifestações culturais advindas de outros países, além de, nacionalmente, perseguir artistas e intelectuais que se mostrassem contrários ou insatisfeitos com a política estabelecida. Havia um complexo sistema que se empenhava em impor uma conjuntura que não existia. Um Estado fictício era mostrado e todas as camadas da sociedade eram afetadas no intuito de se manter esta criação:

Silêncio, portanto, no exterior. *Pax intra muros*. Batalhões de censores à imprensa e aos espetáculos, à radiotelevisão e à publicidade comercial eram colaborados em paralelo pela vigilância da PIDE às comunicações privadas e às iniciativas culturais da Escola e da Empresa.²⁴

Uma política dura e cerceadora de direitos se estabeleceu e uma aura de medo e desconfiança pairava sobre Portugal. Uma estrutura, aparentemente, sólida e coerente se consolidou, fazendo de Portugal o reflexo de uma sociedade acuada pelo sistema que se perpetuava. A ficção estatal perdurou por longos anos, fíncando suas raízes no silêncio e na manutenção do medo. Mais que um regime político, construiu-se um complexo sistema capaz de, integradamente, controlar todos os setores da sociedade, impondo a força de sua política.

²² PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?*. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p-165.

²³ Termo desenvolvido por Cardoso Pires, que intitula um dos subcapítulos do texto “Memória descritiva” inserido no livro *E, agora, José?*

²⁴ PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?*. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p-164.

2.1.3

O refluxo deste sistema

Um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído

Manifesto dos Mineiros (1943)

O poder, para se estabelecer, necessita dialogar constantemente com a parte dominada. Vemos que há, neste sentido, uma estrutura dialética, onde a relação entre dominador e dominado estabelece-se em uma via de mão dupla. Se pensarmos que a verdade se constrói a partir de uma idéia compartilhada, onde aqueles que impõem enunciados necessitam de um retorno, ou seja, precisam que seus constructos sejam legitimados pela outra parte, vemos que este processo não se baseia apenas na imposição unilateral, mas sim em uma espécie de acordo. Partindo disto, entendemos que

(...) ter o poder não é, basicamente, estar em condições de impor a própria vontade contra qualquer resistência. É antes, dispor de um capital de confiança tal que o grupo delegue aos detentores do poder a realização dos fins coletivos.²⁵

Neste processo, vemos que a própria estrutura que sustentava o Estado, ou seja, a manutenção de uma política ideológica unilateral e coercitiva foi um dos combustíveis que proporcionou a longínqua manutenção do Regime, porém acabou por alimentar, também, a sua própria ruína. Manter uma só versão e, conseqüentemente, abafar opiniões contrárias ao Regime; fazer, através da força, com que as assertivas oficiais sejam tidas como o mais puro reflexo da realidade traz, de início, uma desconfiança quanto à veracidade da afirmação. O Estado adotou a política de governar ao lado de uma única verdade trazida a duras penas pelo aparelho estatal e isso, logicamente, produziu resultado, porém trouxe também insatisfação, além de produzir os contra-discursos que, de uma maneira ou de outra, acabavam por minar suas próprias estruturas. A constante e inegociável imposição da Censura acabava por trazer desconfiança e, até certo ponto, descrédito ao Regime, e as verdades oficiosas do governo acabavam por não se estabelecerem plenamente, já que:

²⁵ LEBRUN, Gerard. *O que é poder*. São Paulo: Abril cultural : Brasiliense, 1984, p-14.

se, em lógica formal, se pretende fundamentá-la [a verdade do Estado] como uma simples opção entre interpretações do facto real, o carácter impositivo da escolha retira toda a validade ao argumento. Seja qual for a análise do texto ou da comunicação o denominador comum a considerar será sempre o interesse imediato do Poder, e daí o carácter precário da lógica censorial.²⁶

O regime político de Salazar optou por governar ao lado de uma só verdade e, aquilo que deveria alimentar a estrutura governamental, de forma gradual, foi minando o próprio governo. Um poder que tenta se sustentar subtraindo tudo que é alheio ao paradigma ditatorial, paulatinamente, acaba por fomentar a corrosão dos alicerces do poder então estabelecido.

2.1.4

O lugar do escritor

*Luta contra o poder, luta para fazê-lo
aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e
mais insidioso.*

Michel Foucault

O escritor, em meio a este conturbado cenário, acabava tendo que, por questão de sobrevivência, adaptar-se e descobrir formas de driblar e mesmo de minar este sistema. No intuito de se construir uma narrativa contrária a esta estrutura, inúmeros mecanismos foram criados para, de forma indireta, estabelecer uma frente de combate ao regime. Através de sua obra, o escritor, intelectualmente engajado, visava trazer ao leitor o mundo escamoteado pelo Estado. Juntamente com a sociedade, o escritor buscou reunir armas que de forma sistemática fossem destruindo o alicerce de falsas verdades construído pelo Poder. Mais que um “conscientizador”, o intelectual-escritor procurou ombrear com esta sociedade na luta pela derrubada do Poder. Reconhecendo seu papel neste processo, entendia que:

O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as

²⁶ PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?*. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p- 165.

formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso.²⁷

Para tal, os escritores utilizavam todo seu potencial artístico-literário para criar mundos inacessíveis ao crivo da Censura. Um universo plurissignificativo emergia de sua escrita e uma obra rica e comprometida se mostrava uma arma preciosa nas mãos de seus leitores. O autor tentava levar luz onde a penumbra dominava. Ele dava a ver os personagens deste jogo, mostrando um outro ponto de análise dos acontecimentos. O intelectual, e aqui falo do escritor, trouxe para si a função de destrinchar o Sistema e indicar os melhores caminhos a serem traçados. Vemos que, através do profundo conhecimento da batalha, este escritor tentou levar aos seus interlocutores as brechas do Poder e, desta forma, estabelecer uma rede de confrontação que pudesse agir da forma mais eficiente possível. Neste prisma, entendemos o intelectual não como aquele que simplesmente dá conselhos, mas como um personagem capaz de oferecer, a partir de seus conhecimentos, mecanismos, ferramentas que tornem mais límpida a visão sobre os acontecimentos:

Trata-se, com efeito, de ter do presente uma percepção densa, de longo alcance, que permita localizar onde estão os pontos frágeis, onde estão os pontos fortes a que estão ligados os poderes (...) onde eles se implantaram.²⁸

A partir de sua obra, o escritor buscou mudar o ângulo de visão, deixando claro o quão parcial eram as verdades impostas pelo Sistema. Procurou-se resgatar, ou pelo menos vislumbrar, a história perdida no discurso estatal. Percebemos que “la intervención política de un escritor se define antes que nada en la confrontación con estos usos oficiales del lenguaje.”²⁹

Vemos que a circulação de versões, de relatos que se contrapõem ao discurso oficial, de forma gradual, vai desestabilizando e desestruturando a retórica do poder e, com isso, as transformações se mostram mais acessíveis. A disseminação e proliferação de verdades paralelas ao Sistema são um dos principais alicerces de uma mudança. Temos, portanto, reflexos de realidade

²⁷ FOUCAULT, Michel. “Os intelectuais e o poder”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p-71.

²⁸ FOUCAULT, Michel. “Poder-corpo”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002, p-151.

²⁹ PIGLIA, Ricardo. *Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001p-39.

sendo expostos, trazendo, para o primeiro plano, inúmeras verdades censuradas pelo sistema. É esta verdade pulverizada que “transforma, altera, a veces deforma los hechos”³⁰, atingindo proporções incalculáveis.

Neste sentido, a literatura apresenta-se como potencial foco irradiador de transformações, já que através dela conseguimos questionar os discursos impostos pelo Estado. Temos, na literatura, o ambiente ideal para a multiplicidade de vozes, trazendo consigo uma estrutura polivalente que se quer multifacetada, indo de encontro a um discurso unilateral que se quer hegemônico. Assim, entendemos como se torna conturbada e conflitante a relação entre estas esferas, caracterizando-se sempre por uma

relación de tensión entre dos tipos de narraciones. Podríamos decir que también el Estado narra, que también el Estado construye ficciones, que también el Estado manipula ciertas historias. Y en un sentido, la literatura construye relatos alternativos, em tensión con ese relato que construye el Estado, ese tipo de historias que el Estado cuenta y dice.³¹

Sabendo disso, o Estado de Salazar esforçou-se ao máximo para manter o escritor longe de seu público. A ameaça que se configurava na figura do escritor trouxe ao Estado e, conseqüentemente à Censura, uma preocupação patente e não se pouparam esforços na tentativa de calá-lo. Uma série de ações foi articulada no intuito de afastar o escritor de seu público. Uma rede se formou com o objetivo de cercar ao máximo seu campo de atuação e, neste sentido, as ações repressivas não se limitavam apenas à pessoa do escritor em si, mas a toda a malha de apoio que o sustentava:

Segregar o escritor das grandes massas era a intenção. (...) Havia que concertar uma estratégia de cerco onde cada ponto de apoio fosse atingido e nesse esquema tornava-se fundamental incompatibilizar o editor, a imprensa e todos os elementos que divulgam o livro, com o escritor.³²

Mais que censurar, o Governo buscou exilar o autor dentro de seu próprio país. Agindo de forma orquestrada, o Estado procurou “apagar a presença social do

³⁰ PIGLIA, Ricardo. *Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001p-

³¹ PIGLIA, Ricardo. *Tres propuestas para el próximo milenio (y cinco dificultades)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001 p-22.

³² PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?* Lisboa: Dom Quixote, 1999, p- 186.

escritor português”,³³ tornando-o inexpressivo e, conseqüentemente, “morto” socialmente. Tentou-se cortar todos os elos que o ligavam ao seu público, transformando-o em um problema para aqueles que pretendiam ajudá-lo:

Num conjunto de operações aparentemente dispersas, quer dificultando o apoio da imprensa ao autor, quer actuando directamente sobre as editoras, quer ainda inspirando pressões indirectas por intermédio de vários ministérios, procurava-se isolar o autor nacional, tornando-o inconveniente às instituições privadas, dificultoso para a indústria do livro e socialmente inoperante ou irrepresentativo³⁴

Desta forma, percebemos que a máquina governamental buscou, através de sua política, dominar todos os setores da sociedade. Uma rede administrativa se configurou e um forte e integrado sistema se instaurou. Através da implantação de um discurso único, protegido por um conjunto de fortes ações repressivas e ideológicas, a ditadura salazarista se desenvolveu e perdurou por longas décadas. Neste contexto, o escritor, potencial foco irradiador de idéias contrárias ao regime, viu-se transformado num dos principais alvos das investidas do Estado, tendo que estabelecer, portanto, uma escrita que pudesse ir de encontro aos ideais do Governo e, ao mesmo tempo, não ser percebido por ele.

Nesta direção, Cardoso Pires constrói *O Delfim* e, por intermédio de uma escrita poliédrica, estabelece um intenso diálogo com seus leitores e um forte e engajado contra-discurso configurado nas entrelinhas de seu texto.

Esta importante obra é o motivo deste trabalho e, partindo das considerações delineadas neste capítulo, traçaremos um percurso em busca das muitas verdades que deste romance emergem.

³³ PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?* Lisboa: Dom Quixote, 1999, p- 188.

³⁴ PIRES, José Cardoso. “Visita à oficina; II-Técnica do golpe de censura”. In: *E agora, José?* Lisboa: Dom Quixote, 1999, p-188.